

O Porto e a sua região, séculos XI-XVI

Porto and its region, XI-XVI centuries

Porto et sa région, XI^{ème}-XVI^{ème} siècles

Oporto y su región, siglos XI-XVI

Luís Miguel Duarte
CITCEM/FLUP
lduarte@letras.up.pt

Luís Carlos Amaral
CITCEM/FLUP
lcamaral@letras.up.pt

Resumo: Este *dossier* temático que a “História. Revista da Faculdade de Letras” entendeu consagrar a um Porto medieval (e seu termo) que vai do século X a meados/ finais do XVI pretende-se um pequeno contributo para agitar um pouco as águas quase estagnadas da história da cidade.

Palavras-chave: Porto e sua região; História Económico-social; Território; Geografia e Corografia

Abstract: This themed dossier that the “História. Revista da Faculdade de Letras” understood to consecrate to a medieval Porto (and its *termo*) that goes from the sixteenth century to mid / final of the XVI century for a small contribution to shake the almost stagnant waters of the history of the city.

Keywords: Porto and its region, Economic-social history; Territory; Geography and Chorography.

Résumé: Ce dossier thématique que “História. Revista da Faculdade de Letras” comprise pour consacrer à un Porto médiéval (et à sa région) qui va du X^{ème} siècle à la midi/fin du XVI^{ème} siècle une petite contribution à secouer les eaux presque stagnantes de l'histoire de la ville.

Mots-clés: Porto et sa région; Histoire économique-sociale; Territoire; Géographie et Chorographie.

Resumen: Este dossier temático que “História. Revista da Faculdade de Letras” entendida para consagrarse a un Oporto medieval (y su término) que va desde el siglo X hasta mediados/finales del siglo XVI, una pequeña contribución para sacudir las aguas casi estancadas de la historia de esta ciudad.

Palabras clave: Oporto y su región; Historia económica-social; Territorio; Geografía y Corografía.

O Porto aqui tão perto

A história da cidade do Porto não passa por tempos particularmente estimulantes. Depois das duas grandes empresas colectivas, nos anos 60 e em 2001, que se tornaram referências e assim continuam, com as inevitáveis desatualizações que a investigação histórica continuada naturalmente acarreta, apenas contamos com uma história da cidade em pequenos volumes, vocacionados para a divulgação. Desde 2001 não tem havido eventos ou programas comemorativos, com as suas possibilidades e limitações: 2020 seria uma oportunidade excepcional, mas a pandemia tornou quase clandestinas as

celebrações da implantação do Liberalismo em Portugal. A juntar a isto, a extinção de uma colecção do maior valor, “Documentos e memórias para a história da cidade do Porto”, onde vinham sendo regularmente publicadas fontes, teses de doutoramento e de mestrado sobre o Porto, e o fecho de uma revista antiga, sólida e muito prestigiada, o *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* (encerramento que fez do município um dos poucos no país – e na Europa – que não tem a sua revista histórico-cultural), deixou os investigadores do Porto sem a sua principal possibilidade de publicação. Os prejuízos são grandes. Só parcialmente poderão ser amenizados se alguma instituição, a Câmara Municipal ou a Universidade do Porto, desde logo, conseguir ressuscitar, devidamente actualizadas e até em fórmulas distintas, aquelas publicações quase seculares.

Este *dossier* temático que a “Revista da Faculdade de Letras – História” entendeu consagrar a um Porto medieval (e seu termo) que vai do século X a meados/finais do XVI pretende-se um pequeno contributo para agitar um pouco as águas quase estagnadas da história da cidade.

Desde a segunda metade do século X e, sobretudo, no decurso da centúria seguinte consolidou-se um processo de ordenamento do território portugalense, maioritariamente de cariz político e militar, que alcançou nos castelos cabeça de terra uma expressão privilegiada. Estudando o caso do castelo da Terra de Refojos de Riba de Ave, espaço que se estendia ao longo da margem esquerda do referido rio, Andrea Mariani procurou não só alargar o nosso conhecimento acerca desta importante fortificação e do seu domínio sobre a região envolvente, mas de igual modo propor uma abordagem multidisciplinar, confrontando documentação escrita com testemunhos arqueológicos. Os resultados afiguram-se prometedores, validando a análise desenvolvida e permitindo compreender melhor os vários processos simultâneos que modelavam as estruturas políticas e militares, eclesiásticas, sociais e económicas, em fase de implantação na região do Porto, no período da formação de Portugal.

Através dos forais de 1255 e de 1288 outorgados a Gaia e a Vila Nova por D. Afonso III e D. Dinis, Paulo Jorge Sousa Costa procurou avançar um pouco mais na compreensão da política da coroa relativamente ao espaço terminal do Douro e respectiva foz. Este território conhecia desde os inícios do século XII, pelo menos, uma gradual polarização em torno do burgo portuense, senhorio episcopal a partir de 1120. Não admira, portanto, que o incontornável relacionamento entre os dois polos urbanos localizados nas duas margens do rio se tenha transformado em cenário privilegiado de

articulação e confronto entre as autoridades e os poderes régios e senhoriais. Graças aos diversificados assuntos que as duas cartas foraleiras e vários contratos de aforamento integraram, tomamos conhecimento e percebemos como os conflitos e os inevitáveis compromissos evoluíram, numa centúria especialmente marcada pelo robustecimento da instituição régia e pela limitação das “liberdades” senhoriais.

Avançamos mais dois séculos, e com Marco Ribeiro regressamos a uma clássica *quaestio disputata* da história do Porto medieval e da primeira metade do século XVI: os cavaleiros e escudeiros das fontes medievais do Porto são Nobreza ou Povo? Ao longo do tempo, os mercadores do Porto vão aperfeiçoando uma narrativa que se tornaria a argumentação de várias das suas reivindicações. Em duas palavras, o ‘sítio’ do Porto era péssimo: um duro e estéril rochedo, em que não medrava grão de semente ou do que fosse, em que não se podia criar animais. Para fugir à miséria da terra, “desde há tanto tempo que a memória dos homens não é em contrário”, os portuenses tiveram de se fazer à vida – neste caso, ao mar - e de ir buscar a longas terras o sustento para eles e suas famílias. Fizeram-no sobretudo como comerciantes, nos mares do Norte: Bretanhas, Inglaterra, Flandres. Nestas viagens de negócio, acontecia-lhes estar longe de casa durante intermináveis meses, anos até. E não podiam estar tranquilos se a cidade abrisse a porta à nobreza. Esta invadir-lhes-ia as casas, desrespeitaria esposas, filhas, criadas, esvaziar-lhes-ia a adegas ou a palha da estrebaria e deixar-lhes-ia a casa destruída. O mesmo valia para o rei e sua família. Havia ruas, na cidade, rigorosamente proibidas a forasteiros, mesmo se oficiais da Coroa. Como sugeriu André Vitória, os bispos, senhores do Porto, não devem ter sido alheios à criação daquela narrativa e à obtenção, para o Porto, do privilégio da não residência de fidalgos, estudado por Pinto. Estes seriam focos de instabilidade e ‘bairros’ de isenções judiciais e fiscais. No Porto havia dois nobres que ninguém contestava: o bispo e o alcaide-mor. Os outros, alguns bem poderosos, (Coutinhos, Pereiras, o Duque de Bragança), tentaram entrar na cidade e perderam sempre. Mas as actas de vereações medievais abundam em cavaleiros e escudeiros. Oliveira Marques explicou que muitos deles pertenciam às camadas superiores do “Povo”; Patrick Boucheron aprofundou o estatuto dos cavaleiros-urbanos. O texto de Marco Ribeiro procura perceber melhor quem eram estas cavaleiros e escudeiros que *vivem* no Porto.

O *dossier* encerra com uma análise de Joana Lencart à descrição do Entre-Douro-e-Minho concluída pelo Doutor João de Barros por 1548. A autora concentra-se nas

páginas que ele dedicou à cidade do Porto. Comparando o seu texto com vários outros, anteriores e posteriores, consegue não só estabelecer algumas genealogias de informações, como distinguir métodos de trabalho: uns viram, outros leram, outros ouviram dizer... Com um sólido enquadramento temporal das fontes com que trabalha, Joana Lencart submete essas fontes a um rigoroso questionário, lembrando que não podemos tomar por bons, sem crítica, todos os dados que os autores nos facultam, e mostra a importância que estas “Descrições” e os primeiros textos corográficos tiveram para a Coroa atenuar o seu geral desconhecimento do país.